

CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

## RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

## PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2021

Razão Social:
CNPJ N°.
Endereço:
E-mail:
Cidade: Estado:
Telefone/Fax
Pessoa para contato:
Recebemos, nesta data, cópia do edital da licitação acima identificada, com todos os seus anexos.
Local:,, de de 2021
Assinatura
Senhor Licitante,
Visando a comunicação futura entre o Município de Presidente Tancredo Neves e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e entregar no Departamento de Licitações pessoalmente, ou pelo e-mail: <a href="mailto:adm.licitacaoptn@gmail">adm.licitacaoptn@gmail</a>
A não remessa do recibo exime o município da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.
Presidente Tancredo Neves, BA,/.021/2021

ANTONIO JORGE MACHADO PEREIRA Pregoeiro



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

# **EDITAL DE LICITAÇÃO**PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2021

8.666/93 e Lei Complementar 123/2006.		
IV - Processo Administrativo N°		
154/2021		
VI - Regime de Execução		
Indireta, empreitada por preço unitário.		
VIII – Exclusiva ME/EPP		
( ) SIM (x) NÃO		

#### IX – Objeto:

Constitui objeto do processo licitatório a contratação de empresa especializada para construção e personalização do processo de ensino e aprendizagem à distância através de uma Plataforma de Ensino On-line, pública e gratuita, visando atender a Rede Municipal de Ensino do município de Presidente Tancredo Neves – BA, conforme especificações qualitativa e quantitativas descritas no edital e termo de referência

X – Local e data para o Recebimento das Propostas, documentos relativos à habilitação e início da abertura dos envelopes:

Data: 07/05/2021 Horário: 09:00hs

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Licitação, sita a Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Presidente

Tancredo Neves

XI. Dotação orçamentária:

Responderão pelas despesas objeto da licitação as dotações indicadas no edital e contrato

XII. Prazo de Execução

08 meses.

XIV. Local, horário e meio de comunicação para esclarecimentos sobre este Edital

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, diariamente, das 08h00min às 12h00min, na Sala de Licitações, sito a Av. Adolfo Araujo Borges, SN, Centro, Presidente Tancredo Neves, Bahia, pelo Telefax (073) 3540-1025 ou pelo e-mail adm.licitacaoptn@gmail.cm ou pelo telfax (073) 3540-1025.

Pregoeiro responsável:

Antônio Jorge Machado Pereira Pregoeiro Oficial Portaria 01/2021



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

## EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

## 1 – OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Constitui objeto do processo licitatório a contratação de empresa especializada para construção e personalização do processo de ensino e aprendizagem à distância através de uma Plataforma de Ensino On-line, pública e gratuita, visando atender a Rede Municipal de Ensino do município de Presidente Tancredo Neves – BA, conforme especificações qualitativa e quantitativas descritas neste edital e termo de referência.

## 2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste pregão quaisquer licitantes, pessoas jurídicas, que:
  - a) detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
  - b) atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos no edital;
  - c) comprovem possuir os documentos de habilitação e demais exigidos neste edital, apresentando-os nos termos e formas aqui previstas.
- 2.2. Não serão admitidas empresas que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou ainda as declaradas inidôneas, na forma das leis e regulamentos citados neste Edital.
- 2.3 Não serão admitidas empresas que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, em dissolução, em liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- 2.4. Em consonância com as disposições legais retrocitadas fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.
- 2.5. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, ou pessoas que possuam relação de parentesco com os mesmos até 3º grau, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais previstas em lei.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

- 2.6. Em razão do risco de contágio das pessoas com o vírus do COVID-19, deverão todos os representantes dos licitantes, interessados em participarem da Sessão Pública ou Visitas, comparecer ao local indicado no Edital, portando para uso obrigatório dos equipamentos de proteção individual e higiene em quantidade adequada, tais como luvas descartáveis, máscara e álcool 70% ou álcool em gel 70%, aventais, etc., em estrita obediência às medidas previstas em decretos estaduais e municipais que estabelecem medidas de combate e enfrentamento à situação de pandemia.
- 2.7. O licitante que comparecer à sessão sem os equipamentos de proteção citados neste artigo não poderá participar da sessão, sendo os envelopes recepcionados em protocolo, higienizados e passados ao pregoeiro.
- 2.8. Na sessão, os licitantes deverão respeitar o distanciamento entre os participantes e a CPL de 2 (dois) metros como tem recomendado os órgãos de saúde, sob pena de ser excluído do certame, visando preservar a saúde e a vida dos presentes na sessão.

## 3. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

3.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às disposições da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### 4 - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente (modelo de procuração particular Anexo IV).
- 4.1.1. Será admitido apenas 01(um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 4.2. O credenciamento far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, acompanhada do estatuto ou contrato social, atribuindo-lhe poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Em qualquer caso, acompanhado de cópia autenticada dos documentos de identificação dos sócios e do outorgado tais como: Carteira de Identidade e Certificado de Pessoa Física (CPF);



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

4.2.1. Para os fins deste certame, o pregoeiro ou membro da equipe de apoio podem atestar a autenticidade da assinatura do subscritor da procuração, desde que a assinatura seja lançada em sua presença.

4.3. Após o credenciamento, os licitantes deverão entregar ao pregoeiro **a declaração dando** ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo V deste edital), os envelopes da proposta de preços (Envelope A) e dos documentos de habilitação (Envelope B), conforme abaixo, não sendo mais aceitas novas propostas.

#### **ENVELOPE "A".**

AO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES.

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº ..../2021

PROPOSTA DE PREÇOS.

"NOME DE PROPONENTE"

**CNPJ** 

#### **ENVELOPE "B".**

AO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES.

REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº ..../2021

## DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

"NOME DE PROPONENTE"

#### CNPJ

- 4.4. Os documentos necessários ao credenciamento dos representantes poderão ser apresentados em original (inclusive publicação em órgão da imprensa oficial) ou em cópia autenticada por cartório competente ou pela comissão permanente de licitação da municipalidade mediante apresentação dos originais (autorização que se estende ao Pregoeiro ou ao membro de sua equipe de apoio), e farão parte do processo licitatório, observados sempre os respectivos prazos de validade.
- 4.4.1. A autenticação pela CPL/Pregoeiro **apenas** ocorrerá para documentos apresentados com **24 horas de antecedência à realização da sessão**, como forma de ordenamento, eficiência e dinamização dos trabalhos.
- 4.5. Após o credenciamento dos licitantes, as empresas que se apresentarem como ME (Microempresa) ou EPP (Empresa de Pequeno Porte) devem comprovar o referido



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

enquadramento, apresentando, também em separado de qualquer envelope, os seguintes documentos:

- a) Declaração de Enquadramento como ME ou EPP, firmada por profissional de contabilidade, conforme modelo constante do **ANEXO VI** ou Certidão expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 30 dias, nos termos da Instrução Normativa DREI Nº 10, de 05 de dezembro de 2013, e,
- b) Declaração de Não Impedimento, firmada pelo representante legal da empresa e por profissional de contabilidade, afirmando que não recai nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, conforme modelo constante do **ANEXO VII**.
- 4.6. A ausência do credenciamento no momento oportuno gera a preclusão do direito de participar da fase de lances. A ausência da declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação implica na impossibilidade de participação do certame. A ausência da documentação de comprovação da condição de ME ou EPP no momento oportuno gera a preclusão do direito de pleitear e usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.
- 4.7. Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta, nos termos da legislação citada e deste edital.

#### 5. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.

- 5.1 A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope lacrado, indevassável e rubricado em todas as páginas pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário e identificada como Proposta de Preços, endereçada ao Pregoeiro, nos termos do indicado no item 4.3 deste edital.
- 5.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou impressa por processo eletrônico em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e com carimbo da empresa, podendo ser apresentada conforme o modelo do Anexo II deste edital, devendo, em qualquer hipótese, ser observadas rigorosamente as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I deste Edital.
- 5.3 A proposta deverá levar em conta todos os custos diretos e indiretos para a execução do objeto da licitação, sendo que quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.
- 5.4. Não serão admitidas propostas alternativas, condicionadas ou parciais.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

- 5.5. A proposta deverá apresentar o preço para a quantidade unitária e total demandada descrita nos anexos deste edital, expresso em real, com apenas duas casas decimais. Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.
- 5.6. Não serão aceitas propostas que contenham ofertas e vantagens não previstas neste Edital, ou que estejam em desacordo com as especificações aqui existentes.
- 5.7. O prazo mínimo de validade comercial da Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de apresentação da mesma. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura da sessão pública deste pregão, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, salvo manifestação em contrário.
- 5.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Instrumento ou que consignarem preços manifestamente inexequíveis.

## 6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1. As licitantes deverão incluir no Envelope B **HABILITAÇÃO** a documentação indicada abaixo, que poderá ser apresentada em original, ou em cópia autenticada por cartório competente ou pela comissão permanente de licitação da municipalidade mediante apresentação dos originais (autorização que se estende ao Pregoeiro ou ao membro de sua equipe de apoio), em envelope lacrado, no qual possam ser identificados o nome ou razão social, modalidade, número e data da licitação, além da expressão Habilitação, nos termos do item 4.3 deste edital.
- 6.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php.
- c) Certidão Negativa de Inidoneidade emitida no sitio do TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:::NO:3,4,6::&cs=3wsJZq0lEySggtLR29GQKCFDN LIA



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

6.1.2. A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 6.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.1.4. Não sendo possível a verificação dos cadastros constantes nas alíneas do item 6.1.1 no momento da sessão, seja por qual motivo for, a verificação poderá ser realizada posteriormente, antes da assinatura do contrato ou emissão de ordem de serviço/nota de empenho, em havendo alguma restrição o licitante será inabilitado, fato este que incorrerá em reabertura da sessão para continuidade, e aproveitamento de todos os atos suscetíveis de aproveitamento.
- 6.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" do item 6.1.1 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
- 6.2. Na habilitação exigir-se-á dos interessados:
- 6.2.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos.
- 6.2.2. A **Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
  - a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
  - b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Federal e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
  - d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FTGS/CRF.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

- 6.2.2.1. Da Regularidade Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
  - a) As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
  - b) Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
  - c) A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 10.520/2002, especialmente a definida no art. 7°, e neste edital.
- 6.2.3. A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguinte documento:
  - a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Na hipótese em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.
- 6.2.4. Declaração do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7°, da Constituição Federal, através da apresentação de declaração que comprove a inexistência de menor no quadro da empresa conforme o modelo do Anexo VIII.
- 6.2.5. **Qualificação Técnica** será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:
  - a) Declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, principalmente no que se refere à infraestrutura de tecnologia e equipamentos de informática e tecnologia disponíveis na administração, conforme modelo constante do Anexo IX



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

b) Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de aptidão da Empresa licitante, para execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

- c) Comprovação da existência de profissional no quadro permanente da licitante com formação superior em Pedagógia, com Especializações ou Mestrados em Gestão Educacional e Psicopedagogia Clínica e Institucional, com apresentação da regularidade profissional no Conselho Federal de Educadores e Pedagogos CFEP ou em outra entidade equivalente que seja devidamente reconhecida.
- d) Comprovação da existência de profissional no quadro permanente da licitante com formação superior, com Especialização ou Mestrado, em Educação e Trabalho e com Formação, Especialização ou Mestrado, em Projeto para Educação à Distância, com apresentação da regularidade profissional no Conselho Federal de Educadores e Pedagogos CFEP ou em outra entidade equivalente que seja devidamente reconhecida.
- e) Apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional dos profissionais referidos na alíneas 'c' e 'd' que comprovem o desenvolvimento prévio de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e com o objeto da licitação;
- f) Declaração, com firma reconhecida, dos profissionais referidos nas alíneas 'c' e 'd' de que se obrigam a acompanhar, na qualidade de responsáveis técnicos, pessoalmente a execução do contrato, assumindo, solidariamente, as responsabilidades da licitante, inclusive no que se refere às obrigações e sanções previstas neste edital e no contrato. (Anexo X).
- g) Alvará de funcionamento.
- 6.2.5.1 A comprovação do vínculo entre a licitante e os profissionais indicados na alíneas anteriores poderá ser feita através de contrato social da empresa, CTPS, contrato de prestação de serviços ou outro instrumento jurídico que seja válido e suficiente para provar a relação jurídica entre ambos.
- 6.2.5.2 A comprovação da formação acadêmica dos profissionais da equipe técnica deverá ocorrer através de Certificados ou Diplomas emitidos por IES Instituições de Ensino Superior ou Instituições de Ensino com reconhecimento junto a entidade de classe.
- 6.2.5.3 A substituição dos profissionais detentores da capacidade técnico-profissional indicados na qualificação técnica, sem consentimento expresso da administração, poderá ensejar a rescisão contratual.



 $\frac{\text{CNPJ} - 13.\ 071.\ 253\ /\ 0001 - 06}{\text{Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000}$ 

\_\_\_\_\_

6.2.6. A autenticação de documentos pela CPL/Pregoeiro **apenas** ocorrerá para documentos apresentados com **24 horas de antecedência à realização da sessão**, como forma de ordenamento, eficiência e dinamização dos trabalhos.

6.2.7. A inobservância de quaisquer exigências dos subitens do item 6.2 será motivo de inabilitação da empresa licitante.

#### 7. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO.

- 7.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 7.2. Se houver discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, serão considerados os valores por extenso.
- 7.3. Será imediatamente desclassificada qualquer proposta de preço parcial, incompleta ou em desconformidade com a lei ou com qualquer cláusula deste edital.
- 7.4. O Pregoeiro selecionará a proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço, ou na impossibilidade de obter pelo menos 03 (três) propostas nestas condições, serão selecionadas as melhores propostas subsequentes à de menor preço, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 03 (três), para participarem da sessão pública de lances verbais.
- 7.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o Pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.
- 7.6. Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital, e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obter preço melhor.
- 7.7. Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender a sessão do pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.

#### 8. FASE DE LANCES VERBAIS.

- 8.1. Após a classificação das propostas, o pregoeiro fará a divulgação, convocando os proponentes para apresentarem lances verbais, a começar do autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, de forma sucessiva e distinta em ordem decrescente.
- 8.1.1. No caso de licitantes empatados, será definida a ordem de lances através de sorteio.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

8.2. Somente serão admitidos lances verbais cujos valores se situem abaixo do menor valor já ofertado, podendo o pregoeiro estabelecer e alterar a variação mínima entre os lances, no interesse do andamento do pregão.

- 8.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.4. Caso não realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 8.5. Sendo aceitável a oferta, será verificado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio o atendimento das condições habilitatórias deste licitante, com base na documentação apresentada.
- 8.6. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital pelo Pregoeiro, com a posterior homologação do resultado pela autoridade superior.
- 8.7. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do Edital, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.
- 8.7.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, mormente em relação aos vencimentos e encargos incidentes sobre estes, nos termos de pesquisa e cálculos realizados pela Administração, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 8.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e seus anexos e/ou propuserem preços inexequíveis ou superfaturados para a Administração, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para a execução do objeto do contrato.
- 8.9. Em caso de empate, será assegurado, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que segue:
  - 8.9.1. Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

- 8.9.2. Nesta hipótese, microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 8.9.3. O direito a ofertar proposta de preço inferior somente será deferido às licitantes que estejam presentes na sessão e deverá ocorrer após o encerramento dos lances.
- 8.9.4. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.10. O pregoeiro, antes de anunciar a proposta vencedora, poderá desclassificar o licitante que comprovadamente tenha descumprido contrato com qualquer ente público no que diz respeito a prazo de entregas de produtos e execução de serviços.
- 8.11. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.
- 8.12. Os envelopes com os "documentos de habilitação" das licitantes que participarem da fase de lances ficarão retidos até que seja firmado o contrato com a licitante vencedora.
- 8.12.1. Se quando da abertura de quaisquer destes envelopes alguma certidão ou documento não estiver mais em prazo de validade, será facultada a sua substituição pela interessada, sob pena de inabilitação.
- 8.13. No caso de a sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das licitantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.
- 8.14. Após os lances verbais, a empresa vencedora deverá apresentar nova proposta, levando em conta o lance final, no prazo de três dias úteis, sob pena de decair ao direito de fornecimento.

## 9. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES.

- 9.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 9.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

9.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, acaso afete a formulação da proposta ou implique alteração substancial do edital, será designada nova data para realização do certame.

- 9.4. Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 9.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante para recorrer da decisão do pregoeiro importará na decadência do direito de recurso e consequentemente a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 9.6. Quando mantida a decisão, será realizado pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior.
- 9.7. A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.
- 9.8. O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 9.9. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. As decisões e demais atos referentes ao procedimento serão publicados no Diário Oficial do Município, sendo facultativa a comunicação pessoal.

## 10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

- 10.1. Não havendo a manifestação de recurso ou não sendo apresentadas as suas razões, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.
- 10.2. Decididos os recursos eventualmente interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.
- 10.3. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito a assinatura do contrato.

## 11. DA ASSINATURA DO CONTRATO.

11.1. O adjudicatário será convocado, mediante publicação no diário ou, facultativamente, por escrito ou qualquer meio eletrônico, para assinar O CONTRATO, no prazo de até 5 (cinco)



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 e 10.520/02 e neste edital.

- 11.2. Como condição para assinatura do contrato o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.
- 11.3. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.
- 11.4. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação.
- 11.5. A licitante ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93.
- 11.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes.
- 11.7. Salvo expressa autorização da administração, é vedada a terceirização de quaisquer dos serviços objeto desta licitação.
- 11.8. Nos termos da legislação pertinente, o contrato decorrente desta licitação poderá ser prorrogado, atendido o interesse público.

## 12. REGIME DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

- 12.1 Adotar-se-á o regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.
- 13.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 13.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação **do relatório de serviços prestados e da nota fiscal**, isenta de pendências, no setor competente da prefeitura municipal. Ocorrendo alguma pendência, o prazo será interrompido até a nova apresentação.



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

- 13.4. Como condição para o pagamento, a contratante poderá **exigir da contratada a comprovação do cumprimento dos encargos trabalhistas e sociais** dos trabalhadores vinculados à prestação dos serviços.
- 13.5. Havendo qualquer atraso no pagamento dos encargos trabalhistas e sociais, o pagamento será retido até a comprovação do pagamento ou, em último caso, poderá ser quitado diretamente pela administração até os limites dos créditos do contratado.

## 13 – DAS DOTAÇÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1 A	As despesas	s decorrentes	aeste	procedimento	licitatorio	correrao	por	conta	aa	seguin	te
dotaçã	o orçamen	tária:									
	•••••										
•••••											
•••••	•••••										
13.2	Os recurso	s têm como	origen	n o orcamento	vigente d	o Municí	nio	licitan	te e	nara	0

13.2. Os recursos têm como origem o orçamento vigente do Município licitante e, para o exercício seguinte e em caso de prorrogações, serão lançadas as dotações correspondentes dos referidos exercícios.

#### 14. REAJUSTAMENTO

14.1 O preço inicialmente ajustado poderá ser revisto a qualquer momento em razão de álea extraordinária e poderá ser reajustado anualmente (álea ordinária), com a utilização preferencial do IPCA-E.

## 15. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

- 15.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo gestor de contrato designado pela administração no instrumento contratual ou em separado, independente da fiscalização de outros servidores designados especialmente para este fim.
- 15.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.
- 15.3. O contratante, a qualquer tempo, poderá determinar a substituição de prestador de serviços que se apresente inadequado para a execução dos serviços, ao interesse, ética e decoro públicos, bem como em desconformidade com as normas deste edital, legais e regulamentares.

#### 16. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.



 ${\bf CNPJ-13.~071.~253~/~0001-06} \\ {\bf Av.~Adolfo~Araújo~Borges,~S/N,~Centro,~Tel:~(73)~3540-1025.~CEP.~45416-000} \\$ 

\_\_\_\_\_

16.1 Os serviços somente serão recebidos quando executados perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que integram este edital.

16.2. A reprovação dos serviços em qualquer fase de sua execução e a consequente correção não implica no perdão ou alteração das multas respectivas.

#### 17. DAS PENALIDADES.

- 17.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratado, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
  - a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor global estimado da contratação.
  - b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos.
  - c) deixar de manter a proposta, recusar assinatura do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor global estimado da contratação.
  - d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência.
  - r) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato.
  - f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 5% sobre o valor global atualizado do contrato.
  - g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor global atualizado do contrato.
  - h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor global atualizado do contrato.
- 17.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.



 $\frac{\text{CNPJ} - 13.\ 071.\ 253\ /\ 0001 - 06}{\text{Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000}$ 

- 17.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 17.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se do valor da Fatura Mensal ou, não sendo suficiente, o valor poderá ser inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.
- 17.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 17.6. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme este edital e legislação.

## 18. DA RESCISÃO CONTRATUAL.

- 18.1. O contrato será rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da lei 8.666/93.
- 18.2. Nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, a administração poderá rescindir unilateralmente o contrato administrativo.
- 18.3. Ocorrendo a rescisão nos termos do item 18.2, sem prejuízo de outras sanções dispostas neste edital e na lei, a administração, por ato próprio, poderá reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;
- 18.4. Nas hipóteses de rescisão prevista nos itens anteriores não cabe ao contratado direito a qualquer indenização.

## 19 - REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO.

- 19.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, no seu todo ou em parte.
- 19.2. A presente licitação poderá ser anulada por ilegalidade ou revogada por conveniência e oportunidade administrativa, sem que assista aos concorrentes o direito a qualquer reclamação ou indenização.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

20.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Presidente Tancredo Neves, Setor de Licitações, no horário compreendido entre as 08:00 e 12:00 horas,



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

preferencialmente, ou ainda pelo <u>adm.licitacaoptn@gmail</u>, sempre com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

- 20.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município de Presidente Tancredo Neves, Setor de Licitações.
- 20.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, **automaticamente**, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.
- 20.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar da documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.
- 20.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (Internet) ficam dispensados de autenticação, portanto ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.
- 20.6. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 20.7. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).
- 20.8. Os encargos de natureza tributária, trabalhista, Previdenciária, social e parafiscais, bem como elaboração de pareceres técnicos, são de exclusiva responsabilidade da empresa a ser contratada e já se encontram embutidas no preço apresentado.
- 20.9. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará, para o licitante, direito à prestação dos serviços à Administração.
- 20.11. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

20.12. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem os princípios norteadores da atividade administrativa.

- 20.13. A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 20.14. O Edital e a minuta de contrato foram aprovados pela Procuradoria Jurídica do Município, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.
- 20.15. Documentos enviados via Correios apenas terão validade se recebidos pela administração dentro do prazo para prática do ato respectivo.
- 20.16. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no **portal da prefeitura municipal de Presidente Tancredo Neves** ou presencialmente na sala da comissão de licitações, sendo, neste caso, cobrado o custo de reprodução de R\$ 60,00 (sessenta reais), não sendo este pagamento condição para a participação no certame.
- 20.17. Fica eleito o Foro da Comarca de Valença para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.
- 20.18. No ato da aquisição do Edital o adquirente deverá observar se o seu exemplar está devidamente completo e acompanhado dos seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência:

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta de Contrato;

Anexo IV - Modelo de Procuração;

Anexo V – Modelo de Declaração de atendimento às exigências do edital e habilitação;

Anexo VI – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME ou EPP;

Anexo VII – Modelo de Declaração de não impedimento;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Proteção ao Trabalho;

Anexo IX - Modelo de Declaração de que tomou conhecimento dos locais de cumprimento do objeto da licitação;

Anexo X – Declaração de Responsabilidade Técnica

Anexo XI – Atestado de Visita Técnica

Presidente Tancredo Neves, 27 de abril de 2021.



CNTD1 42 004 A02 10004 07

 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

Antônio Jorge Machado Pereira Pregoeiro Oficial Portaria 01/2021

# P -

## Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves ESTADO DA BAHIA

CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

## EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

## **ANEXO I**

## TERMO DE REFERÊNCIA

#### I - DO OBJETO

Constitui objeto do processo licitatório a contratação de empresa especializada para construção e personalização do processo de ensino e aprendizagem à distância através de uma Plataforma de Ensino On-line, pública e gratuita, visando atender a Rede Municipal de Ensino do município de Presidente Tancredo Neves — BA, conforme especificações qualitativa e quantitativas descritas neste termo de referência.

#### II – DA JUSTIFICATIVA

A educação é direito de todos e dever do Estado devendo garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Notório que os serviços de educação foram drasticamente afetados pela situação de anormalidade trazida ao mundo por conta da pandemia do coronavírus, mormente em alunos da rede pública de ensino.

Apesar de todos os esforços, não foi possível uma condução de normalidade ou, ao menos, uma possibilidade de volta das aulas presenciais na municipalidade.

A situação, desde o ano de 2020, já traz sérios prejuízos.

As aulas on-line tem sido uma alternativa eficaz para evitar o agravamento dos danos ao aprendizado dos alunos, já sendo amplamente adotada na rede privada e em algumas redes públicas de ensino, com bom nível de eficiência.

As incertezas sobre a recondução do país a uma normalidade aceitável, traz a necessidade de que a administração municipal se adeque à realidade existente com medidas para evitar maiores prejuízos aos alunos da rede municipal.

Dentre as diversas medidas está justamente a adoção de mecanismos para possibilitar, com eficiência e segurança, as aulas on-line.

Para uso da tecnologia, se faz necessário a contratação de empresa especializada para construção e personalização do processo de ensino e aprendizagem de cada escola através de uma plataforma on-line para acompanhar os avanços da tecnologia como facilitadora dos processos de ensino aprendizagens, dos alunos da rede pública municipal,



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

buscando melhorias na qualidade condizentes com a realidade e a necessidade do Município, favorecendo a melhor tomada de decisão da administração pública

Busca-se assim, a contratação de empresa para construção de plataforma composta por módulos ou então mais de um sistema integrados entre si, desde que atenda aos requisitos de funcionalidades conforme descrito neste termo de referência, e que sejam fornecidos por um único proponente.

Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada e são imprescindíveis para o adequado funcionamento da rede municipal de educação.

Os serviços a serem prestados são comuns, nos termos legais, visto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

Por todas estas razões, tem-se por justificada a licitação e a modalidade e tipo escolhidos.

## III - DA JUSTIFICATICA PELA NÃO EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, que institui a Lei Geral Municipal da Microempresa, estabelece que não se aplica as normas do artigo 47 e 48 da mesma lei quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Como será visto, a administração poderá adotar quaisquer medidas que tragam uma competitividade substancial para as micros e pequenas empresas.

Um dos principais objetivos de limitar a participação em procedimentos licitatórios a pequenas empresas é a promoção da economia local ou regional, ou sejam, o desenvolvimento da região onde se encontra o ente licitante, fomentando a economia local.

No caso, tem-se que não há um número mínimo de 03 fornecedores locais enquadrados como microempresários em condições de competitividade de forma que a limitação poderia trazer sérios prejuízos para a administração, violando a inteligência da norma protetora.

Assim, a necessidade de proteção as empresas de pequeno porte deve ser feita por outros mecanismos, sem a exclusividade de participação;

De qualquer forma, como uma forma de dar mais competitividade a estas empresas, optou-se pelo pregão presencial, como visto.

## IV - DA JUSTIFICATIVA PELA NÃO UTILIZAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

Consoante o Decreto Municipal nº 09/2019 nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

Registre-se que se trata de preferência e não uma obrigatoriedade absoluta, sendo que sempre que possível e recomendável, tem-se utilizado o pregão na modalidade eletrônica.

Ocorre que, no caso concreto, tem-se que a modalidade eletrônica não se mostra a mais recomendada.

A Lei Complementar 123/2006, dando aplicabilidade prática ao artigo 179 da Constituição Federal traz tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de incentivá-las no mercado.

Mas este incentivo não ocorre somente pelas medidas estabelecidas pela lei, podendo haver alinhamento de outras medidas que sejam suficientes para trazer benefícios a estas empresas, sem comprometer a obtenção de proposta mais vantajosa para a administração.

No caso, apesar de não limitar a licitação à participação exclusiva de ME/EPP, tem-se que se pode adotar medidas que facilitem a participação de pequenas empresas, mormente as regionais.

Assim, apesar de não haver a exclusividade de participação de pequenas empresas, tem-se que a realização da forma eletrônica do pregão excluiria as pequenas empresas locais e regionais, visto que nem todas estão aptas, neste momento, a concorrerem na forma eletrônica.

Assim, o pregão presencial é a forma de manter possível a participação de empresas locais e regionais, e não impede que outras empresas também concorram, como habitualmente realizado, razão pela qual, somada a urgência e a necessidade de resguardar o interesse público envolvido, é que opta-se pelo uso da forma presencial do pregão.

#### V -CRITÉRIO DE JULGAMENTO

É cediço que a Lei nº 8.666/93 traz a previsão de que, sempre que possível, os serviços serão divididos "em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis". Em outras palavras, a Administração deve realizar uma análise em que se coteje a necessidade/vantajosidade de licitar o objeto de forma conjunta, sob o enfoque da inviabilidade técnica ou econômica. Nesse aspecto, foram consideradas duas vertentes: primeiramente, se o objeto comportaria materialmente a divisão, sem qualquer prejuízo; e segundo, se a divisão seria a opção mais vantajosa para a Administração, do ponto de vista técnico e econômico.



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

A Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU) estipula a obrigatoriedade da adjudicação por itens, mas traz a exceção: o objeto deve ser divisível, e não deve haver prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala.

No caso, observa-se que não há como fazer a divisão do objeto licitado em itens, sob pena de sérios danos à execução contratual ou mesmo a completa inviabilização de sua execução.

Os serviços devem alinhar-se em perfeita harmonia para que funcione, visto interdependentes. A padronização depende da licitação conjunta e fornecimento por único prestador.

Com isso a licitação é executada em lote único e por preço global.

## VI – DESCRIÇÃO DO PROJETO / SERVIÇOS

Os serviços deverão proporcionar e possibilitar que a rede municipal de educação preste o serviço de ensino público de forma on-line, através de plataforma que seja adequada e padronizada com as necessidades da administração municipal e atenda aos seguintes requisitos e parâmetros:

## CAMPO DE AÇÃO:

Diagnóstico;

Consultoria Educacional:

Formação Continuada de Professores para realização de aulas remotas;

Planejamento Operacional;

Treinamento de Pessoal Técnico e Administrativo.

#### PÚBLICO ALVO

Professores das turmas regulares e especiais;

Gestores Escolares;

Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação;

Coordenadores Pedagógicos;

Equipe Técnica e de apoio;

Estudantes e suas famílias.

#### **METAS**

Disponibilizar acesso a Plataforma Digital, a 100% dos alunos matriculados da REDE MUNICIPAL DE ENSINO, através da Empresa contratada para os profissionais da Educação até chegar a todos da Escola para realização de diagnóstico das necessidades do



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

município para a personalização do processo de ensino e aprendizagem de cada escola através da Plataforma Digital On-line, de forma a promover o desenvolvimento dos trabalhos educacionais necessários para atendimento da Rede de Ensino.

Dessa maneira deverá promover a realização de cursos de formação continuada de professores e técnicos em educação, de modo a possibilitar a esses Profissionais o desenvolvimento da capacidade de produzir conteúdo educacional digital de maneira autônoma, funcional e eficiente, dentro da ferramenta.

#### **METODOLOGIA**

As atividades que compõem esta formação se orientam de forma interativa, partilhando experiências teórico-metodológicas que viabilizam o processo de construção de conhecimento, considerando todos os sujeitos aprendizes.

Durante a Formação serão realizadas aulas expositivas, sempre relacionadas com momentos de discussões. Ao final de cada encontro de formação será apresentada a atividade prática, a qual deve ser desenvolvida durante o mês de intervalo entre os módulos.

Durante esse período serão disponibilizados horários pré-definidos para que os profissionais da educação tirem suas dúvidas sobre o conteúdo e as atividades.

## **RECURSOS BÁSICOS**

Descrições de recursos básicos mínimos e obrigatórios, para o desenvolvimento da Plataforma Digital On-line:

Ícone	Recurso	Descrição
	Arquivo	Possibilita disponibilizar um arquivo (em vários formatos) diretamente na semana ou tópico do curso, para consulta e/ou download pelos participantes.
	Livro	Exibe conteúdos divididos por capítulos e subcapítulos. Pode conter textos, links de sites/vídeos, imagens e outros elementos multimídia.
P	Página	Exibe uma página (tipo WEB) que pode conter textos, links de sites/vídeos, imagens e outros elementos multimídia.
	Pasta	Exibe uma pasta com vários arquivos, para consulta ou download pelos participantes. É utilizada para, principalmente, criar a biblioteca da disciplina.
0	Rótulo	Permite inserir textos, imagens e vídeos no meio dos links de uma semana ou tópico. Pode ser utilizado como cabeçalho ou separador.
	URL	Disponibiliza um link para uma página da Internet.

## **FUCIONALIDADES e ATIVIDADES**

Descrição de algumas funcionalidades e atividades básicas, necessárias e obrigatórias, para o desenvolvimento da Plataforma Digital On-line:



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

Ícone	Atividade	Descrição
	Base de <mark>dados</mark>	Ferramenta de colaboração, construída pelos participantes, que possibilita criar, atualizar, consultar e exibir uma lista de registros sobre determinado tema, utilizando uma estrutura pré-definida.
	Chat	Possibilita conversação entre os participantes, em tempo real.
?	Escolha	Permite ao professor fazer uma pergunta e especificar opções de múltiplas respostas. Os resultados podem ser publicados depois que os alunos responderam, ou após uma determinada data.
90	Laboratório de avaliação	Possibilita a criação de um trabalho sobre um tema escolhido, que pode ser um texto online, ou um arquivo enviado (pdf, vídeo, imagem, etc.), ou ainda ambos, podendo a avaliação ser feita pelo professor e pelos estudantes entre si, mediante um formulário de avaliação construído pelo professor.
F	Fórum	É uma discussão assíncrona sobre temas escolhidos pelo professor ou pelos demais participantes. Pode ser um único tema ou vários tópicos com temas diferentes. Pode ser uma discussão por grupos (no caso, participantes de um mesmo Polo) ou sem grupos (todos juntos).
An	Glossário	Possibilita criar uma lista de termos e respectivas definições, envolvendo o conhecimento partilhado e a colaboração sobre determinado tema.
20	Lição	É um conjunto de páginas que podem conter informações em vários formatos para o aluno estudar e questões para responder, seguindo uma sequencia não linear, determinada pelos resultados alcançados pelo aluno em cada etapa da mesma.
<b>F</b> 1	Pesquisa	É uma ferramenta para obter opinião sobre determinado assunto.
<b>✓</b>	Questionário	É um conjunto de questões de vários formatos. O mesmo é criado pelo professor, respondido pelo aluno e corrigido automaticamente pelo sistema (com base no gabarito previamente definido pelo professor). Pode configurar-se como uma atividade de auto-avaliação, uma lista de exercícios para verificação de aprendizagem, um teste rápido ou ainda uma prova virtual.
	Tarefas	Permitem que os alunos submetam textos ou arquivos em vários formatos para avaliação pelo professor. As tarefas podem ser de envio de arquivo, de texto <i>online</i> ou <i>off-line</i> , dependendo da configuração escolhida.
-	WIKI	Ferramenta interativa de construção de uma base de conhecimentos. Tem como resultado um texto colaborativo e construído de forma assíncrona pelos participantes de uma disciplina. Geralmente não é avaliado com nota.

#### ETAPAS DO PROJETO

A metodologia adotada deverá garantir que o projeto será montado com base em um planejamento e gestão de resultados rigorosos, com o objetivo de gerar retorno para a Rede Municipal de Ensino, sendo o mesmo, construído em três etapas:

1ª Etapa – Planejamento [duração: até 5 dias úteis] – carga horária de 32 horas



 $\frac{\text{CNPJ} - 13.\ 071.\ 253\ /\ 0001 - 06}{\text{Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000}$ 

- Listagem dos objetivos a serem satisfeitos;
- Definição do conteúdo;
- Organização do conteúdo (estruturação dos níveis hierárquicos de informação);
- Arquitetura de informação: mapa da plataforma, site e navegação;
- Diagrama estrutural de cada aula, página de acordo com o mapa do site e trilha
   Educacional;
- Definição de estratégias.

#### 2ª Etapa – Design [duração: até 15 dias úteis] – carga horária de 40 horas

- Orientação sobre a criação e desenvolvimento dos elementos de interface identidade;
- Visual da plataforma, adequação de materiais etc, caso necessário;
- Orientação on-line, sobre a diagramação do conteúdo (textos e gráficos) da home EAD
  e páginas internas, bem como formatação de aulas e métodos de gravação áudio
  visuais;
- Aplicação e supervisão de testes de usabilidade (desktop e mobile) focando também questões de acessibilidade quando necessárias.

## 3ª Etapa – Implantação/Publicação [duração: até 10 dias úteis] – carga horária de 120 horas

- Programação completa da solução EAD (Integrado e totalmente funcional dentro da plataforma escolhida com base da solução);
- Publicação do site numa área de testes para revisão on-line;
- Treinamento on-line para os administradores da plataforma (profissionais da Educação);
- Publicação definitiva.

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LICENÇA ANUAL DA PLATAFORMA	Und	1		
2	EXECUÇÃO DA ETAPA 1 – Planejamento	Horas	32		
3	EXECUÇÃO DA ETAPA 2 – DESIGN	Horas	40		



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

4	EXECUÇÃO DA ETAPA 3 - IMPLATAÇÃO E PUBLICAÇÃO	Horas	120		
5	MANUTENÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO MENSAL DA PLATAFORMA	Mensal	8		
	TOTAL:				

#### VII - ESTIMATIVA DE CUSTOS

Os valores estimados para contratação constam nos autos do Processo Administrativo e foram decorrentes de levantamentos realizados pelo setor de compras da municipalidade.

## VIII – DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo **GESTOR DO CONTRATO** e por outros servidores municipais especificamente designados.

São atribuições e deveres do gestor da Contrato:

- a) Inteirar-se do conteúdo do contrato, principalmente em relação às obrigações e deveres das partes;
- b) Verificar se os serviços estão sendo realizados em conformidade com o contrato, edital e termo de referência;
- c) Sugerir a autoridade competente, se não o for por si mesma, a aplicação de penalidades;
- d) Comunicar a autoridade superior as situações e providências que excedam a sua alçada;
- e) Solicitar e analisar documentos que comprovem a regularidade das obrigações da contratada, inclusive trabalhista e fiscal, podendo solicitar os documentos que comprovem a regularidade dos encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, condicionando os pagamentos das faturas;
- Solicitar a substituição de qualquer prestador de serviço que não se adéque aos serviços, dentro do interesse público;
- g) Outras atividades fiscalizatórias explicitas ou implícitas e necessárias ao bom andamento dos serviços.

#### IX – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços Serão Recebidos:

a) **PROVISORIAMENTE**: após a execução de cada etapa indicada neste termo de referência para fins de verificação de especificações, qualidade, e conformidade com outros elementos constantes deste termo de referência



 $\frac{\text{CNPJ} - 13.\ 071.\ 253\ /\ 0001 - 06}{\text{Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000}$ 

\_\_\_\_\_

b) **DEFINITIVAMENTE**: após recebimento provisório, será realizada conferência dos serviços e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, que ocorrerá no prazo máximo de 15 dias contados do recebimento provisório.

## XI – DEMONSTRAÇÃO DE CONFORMIDADE

A Administração poderá exigir, antes da adjudicar e homologar o processo licitatório que a licitante melhor colocada apresente demonstração de conformidade da plataforma ofertada para a administração.

A demonstração de conformidade permitirá a averiguação técnica da execução das funcionalidades e características da plataforma, conforme as funcionalidades e parâmetros mínimos indicados neste termo de referência

Para a demonstração a licitante deverá promover a execução da totalidade das funcionalidades da plataforma, em tempo real, "on-line" pela Internet, em ambiente web, conforme estabelecido nesse termo.

A demonstração poderá ocorrer em ambiente da contratante ou da contratada, conforme deliberação da administração.

A reprovação da plataforma ou de quaisquer funcionalidades acarretará a inabilitação da licitante, com o prosseguimento do certame.

## XII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Além das obrigações decorrentes da lei, deste termo de referência e respectivo edital, são obrigações da contratada:

- a) Prestar os serviços solicitados nos termos exigidos no edital, termo de referência e demais condições estabelecidas na legislação e regulamentações pertinentes.
- b) Garantir o funcionamento contínuo e ininterrupto da plataforma para aulas on-line, com emprego de equipe técnica adequada.
- c) Entregar cada etapa do serviços no prazo máximo estipulados no termo de referência.
- d) Indicar um preposto que será responsável pela gestão dos aspectos administrativos, legais e técnicos do contrato.
- e) Acatar as orientações da administração, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- f) Emitir Relatório mensal, bem como ao final da execução de cada etapa dos serviços, enviando ao gestor do contrato antes da emissão da Nota Fiscal.
- g) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela administração.



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

- h) Providenciar adequações tecnológicas no sistema, conforme necessário para melhor eficiência na prestação dos serviços.
- i) Arcar com todos os custos de reexecução nos casos em que o objeto não atenda as exigências da administração e em caso de recusa de cada dos serviços.
- j) Não transferir a outrem a execução do objeto licitado sem prévia e expressa anuência do contratante.
- k) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Assumir integral responsabilidade por danos eventualmente causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou ineficiência na execução dos serviços objeto da presente licitação, isentando, assim, a contratante de quaisquer reclamações que possam surgir consequentemente ao contrato, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, ou ressarcir as despesas deles resultantes.
- m) Reconhecer os direitos da administração em caso de rescisão contratual.
- n) Reconhecer o direito da administração na rescisão contratual em caso de retorno às aulas presenciais.
- o) Agir com responsabilidade social.
- p) Comunicar à contratante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços.

#### XIII - VISITA TÉCNICA

É FACULTADO aos licitantes a realização de visita técnica para fins de conhecimento das condições e locais de execução dos serviços objeto da licitação, bem como para verificação da infraestrutura de tecnologia existente na municipalidade e dimensionamento dos serviços.

Para a visita técnica, a licitante deverá fazer-se representar por pessoa devidamente credenciada apta a tomar conhecimento das condições para execução dos serviços, apresentando documento pessoal com foto, contrato social e/ou procuração com firma reconhecida, se necessário.

O agendamento deverá ocorrer até o segundo dia útil anterior a data da sessão junto ao setor de licitações da municipalidade, através do Telefax (073) 3540-1025

Todas as despesas pela realização da visita técnica serão responsabilidade do licitante interessado.

#### XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

No preço proposto deverão estar compreendidos todos os custos relativos aos encargos fiscais e parafiscais que possam interferir na composição dos preços, incluindo, contratações, deslocamentos, quando for o caso, para a prestação dos serviços na municipalidade.



\_\_\_\_\_

 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

Em nenhuma hipótese e por quaisquer motivos a contratada poderá suspender a execução dos serviços, salvo no caso de atrasos nos pagamentos dos serviços já executados forem superiores a 90 dias, sendo que, em caso de calamidade pública fica afastada a ressalva.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza ou mesmo direito de suspensão dos serviços referidos no parágrafo anterior.

(secretário de Educação) / responsável pelo termo de referência)



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

## EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

## **ANEXO II**

## Modelo de Proposta de Preço

Ao Pregoeiro do Município de Presidente Tancredo Neves, Bahia
PREGÃO PRESENCIAL Nº021/2021
Prezados Senhores,
A empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº, com endereço na, por seu representante ao final assinado, vem apresentar proposta de preço no PREGÃO PRESENCIAL nº, conforme planilhas anexas, salientando, ainda as seguintes condições:
a) O prazo de Validade da proposta é de) dias;
b) A mesma é elaborada de forma independente e com conhecimento de todas as obrigações estabelecidas no edital e termo de referência, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou agente público.
c) Nos valores propostos já estão inclusas todas as despesas que influam direta ou indiretamente nos custos da execução dos serviços, inclusive impostos, taxas de qualquer natureza, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, da Infortunística do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros, deslocamentos, seguros e quaisquer outras despesas necessárias que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
d) Dados Complementares: email; Telefone;
e) Informações Bancárias: Banco, Agência Conta
f) O Valor Global da proposta é de R\$
,de de 2021.
RAZÃO SOCIAL CNPJ NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA



CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

.....

## EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

#### **ANEXO II**

#### Modelo de Planilha para Elaboração de Proposta.

PROPOSTA DE PREÇO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE TANCREDO NEVES

ITEM	DESCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR
()	()	()	()	()	()
()	()	()	()	()	()
VALOR	TOTAL (R\$)				

Valor Total da Proposta:	R\$(		)
-			
	,de	de 2021.	
	~		
	RAZÃO SOC	CIAL	
	CNPJ		
	NOME DO REPRESEN'	TANTE LEGAL	
	E ASSINATI	URA	



\_\_\_\_\_

 $\frac{\text{CNPJ} - 13.\ 071.\ 253\ /\ 0001 - 06}{\text{Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000}$ 

\_\_\_\_\_

## EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

## **ANEXO III**

#### Modelo de Contrato

Município de Presidente Tancredo Neves, Bahia, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ nº, com endereço, Centro,
Presidente Tancredo Neves Bahia - BA, neste ato representado pelo prefeito Municipal Sr
, brasileiro, maior, capaz, inscrito no CPF nº, residente
e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e
sociedade empresária, pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ nº, com endereço na,
representada por seu sócio administrador, brasileiro, maior, capaz,
inscrito no CPF nº, e no RG nº SSP/BA, com endereço na
, doravante denominada CONTRATADA, com no Pregão
Presencial nº/2021, firmam, neste ato, o presente contrato na forma da Lei Federal 8.666/93,
sob as condições contidas nas cláusulas seguintes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços contínuos para construção e personalização do processo de ensino e aprendizagem à distância através de uma Plataforma de Ensino On-line, pública e gratuita, visando atender a Rede Municipal de Ensino do município de Presidente Tancredo Neves – BA, conforme elementos que compuseram o processo administrativo, termo de referência, edital e proposta vencedora, os quais ficam integradas a este contrato como se aqui estivessem transcritas.

### (planilha proposta)

1.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

2.1 O presente contrato terá vigência de sua assinatura até 31/12/2021, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes e por prazo estabelecido pela Administração, tudo em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93, no que se refere à duração e prorrogação de prazo, e que possa ser aplicado ao presente contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO.



 $\frac{\text{CNPJ} - 13.\ 071.\ 253\ /\ 0001 - 06}{\text{Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000}$ 

\_\_\_\_\_

3.1 Os serviços serão prestados na forma indireta, contínua e conforme especificado no termo de referência.

3.2. O recebimento definitivo do objeto deste Contrato somente será concretizado após adotados, pelo Contratante, todos os procedimentos do art. 73 da Lei nº 8.666/93 e conforme termo de referência.

## CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO.

4.1 O preço global estimado do presente instrumento será de R\$ \_\_\_\_\_\_\_, conforme a proposta vencedora do PREGÃO PRESENCIAL nº \*\*\*\*/2021, a ser pago em parcelas mensais, conforme a quantidade do serviço efetivamente prestado e atestado.

## CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

- 5.1 O pagamento será efetuado, mediante a efetiva execução dos serviços, com apresentação de relatório dos serviços prestados devidamente atestada, a qual deverá ser emitida de acordo com as etapas de serviços constantes do termo de referência.
- 5.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal, isenta de pendências, no setor competente da prefeitura municipal. Ocorrendo alguma pendência, o prazo será interrompido até a nova apresentação.
- 5.3. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.
- 5.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

## CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta das dotações orçamentárias codificadas:

Órgão/Unidade - 5500

**Projeto Atividade – 2.015/2.012/2.017** 

Despesa - 33.90.39.00.00

Fonte – 01/04/19



 $\frac{\text{CNPJ} - 13.\ 071.\ 253\ /\ 0001 - 06}{\text{Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000}$ 

\_\_\_\_\_

- 7.1 A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Educação, sendo este, para efeitos legais, gestor do contrato, ou, ainda, por quaisquer servidores indicados para tal finalidade.
- 7.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.
- 7.3. São atribuições e deveres do gestor do contrato:
  - a) Inteirar-se do conteúdo do contrato, principalmente em relação às obrigações e deveres das partes;
  - b) Verificar se os serviços estão sendo realizados em conformidade com o contrato, edital e termo de referência;
  - c) Sugerir a autoridade competente, se não o for por si mesma, a aplicação de penalidades;
  - d) Comunicar a autoridade superior as situações e providências que excedam a sua alçada;
  - e) Solicitar e analisar documentos que comprovem a regularidade das obrigações da contratada, inclusive trabalhista e fiscal, podendo solicitar os documentos que comprovem a regularidade dos encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, condicionando os pagamentos das faturas;
  - f) Solicitar a substituição de qualquer prestador de serviço que não se adéque aos serviços, dentro do interesse público;
  - g) Outras atividades fiscalizatórias explicitas ou implícitas e necessárias ao bom andamento dos serviços.

# CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES.

#### 8.1. - DO CONTRATADO:

- 8.1.1. Prestar os serviços solicitados nos termos exigidos no edital, termo de referência e demais condições estabelecidas na legislação e regulamentações pertinentes.
- 8.1.2. Garantir o funcionamento contínuo e ininterrupto da plataforma para aulas on-line, com emprego de equipe técnica adequada.
- 8.1.3. Entregar cada etapa do serviços no prazo máximo estipulados no termo de referência.
- 8.1.4. Indicar um preposto que será responsável pela gestão dos aspectos administrativos, legais e técnicos do contrato.
- 8.1.5. Acatar as orientações da administração, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

- 8.1.6. Emitir Relatório mensal, bem como ao final da execução de cada etapa dos serviços, enviando ao gestor do contrato antes da emissão da Nota Fiscal.
- 8.1.7. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela administração.
- 8.1.8. Providenciar adequações tecnológicas no sistema, conforme necessário para melhor eficiência na prestação dos serviços.
- 8.1.9. Arcar com todos os custos de reexecução nos casos em que o objeto não atenda as exigências da administração e em caso de recusa de cada dos serviços.
- 8.1.10. Não transferir a outrem a execução do objeto licitado sem prévia e expressa anuência do contratante.
- 8.1.11. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.1.12. Assumir integral responsabilidade por danos eventualmente causados à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou ineficiência na execução dos serviços objeto da presente licitação, isentando, assim, a contratante de quaisquer reclamações que possam surgir consequentemente ao contrato, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, ou ressarcir as despesas deles resultantes.
- 8.1.13. Reconhecer os direitos da administração em caso de rescisão contratual.
- 8.1.14. Reconhecer o direito da administração na rescisão contratual em caso de retorno às aulas presenciais.
- 8.1.15. Agir com responsabilidade social.
- 8.1.16. Comunicar à contratante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços.
- 8.1.17. Outras decorrentes do edital, termo de referência e legislação.

#### 8.2 – **DA CONTRATANTE**:

- 8.2.1. Fornecer à contratada todas as informações e suporte necessário para a adequada execução dos serviços.
- 8.2.2. Pagar, conforme estabelecido na Cláusula Quinta, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato na integralidade dos seus termos;
- 8.2.3. A fiscalização da execução dos serviços será realizada por pessoas indicada pela municipalidade e pela secretaria municipal de ação social.
- 8.2.4. Outras decorrentes da lei, do edital ou do termo de referência.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES.



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

9.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou contratada, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor global estimado da contratação.
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos.
- c) deixar de manter a proposta, recusar assinatura do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor global estimado da contratação.
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência.
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato.
- f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 5% sobre o valor global atualizado do contrato.
- g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor global atualizado do contrato.
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor global atualizado do contrato.
- 9.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.
- 9.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual
- 9.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se do valor da Fatura Mensal ou, não sendo suficiente, o valor poderá ser inscrito como Dívida Ativa e cobrado judicialmente.
- 9.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_

9.6. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme edital e legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

- 10.1 O contrato será rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da lei 8.666/93 e na lei 10.520/2002, bem como em caso de retorno ás aulas presenciais.
- 10.2 Nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, a administração poderá rescindir unilateralmente o contrato administrativo.
- 10.3. Ocorrendo a rescisão nos termos do item 10.2, sem prejuízo de outras sanções dispostas neste contrato e na lei, a administração, por ato próprio, poderá reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;
- 10.4. Nas hipóteses de rescisão prevista nos itens anteriores não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

11.1 Este contrato será regido de acordo as disposições das Leis Federais nº. 10.520, de 17 de julho de 2002; nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Comarca Valença - Bahia para dirimir quaisquer controvérsias ou dúvidas originadas pelo presente instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

P	residente Tancredo Neves - BA, de de 2021
	CONTRATANTE
	CONTRATADO
Testemunhas:	
CPF.	
CPF	



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

# EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

# **ANEXO IV**

#### Modelo de Procuração

Através	do	presen	te	instrumen	ito,	nome	amos	e	cons	tituímos	o(a)	) Ser	ıhor	(a)
				, (n	acion	alidad	le, es	tado	civil,	profis	são),	portad	or	do
Registro	de Ide	entidade	e n°.	(	exped	lido pe	ela	,	devida	ımente i	nscrito	no Ca	ıdas	tro
de Pess	oas I	Físicas	do	Ministéri	o da	a Faz	zenda,	sob	0 1	n°,	resid	lente	à 1	rua
				, n°		, bair	ro	,	(cidad	le e es	tado),	como	nos	sso
mandatár	io, a	quem c	outor	gamos an	nplos	poder	es pai	ra pr	aticar	todos o	s atos	relativ	vos	ao
procedim	ento l	icitatóri	o mo	dalidade l	PREG	SÃO P	RESE	NCIA	AL nº		, no	Munic	ípio	de
		, Ba	ahia,	conferind	o-lhe	poder	es para	ι:						
contrarra	zoar, nissos	assinar ou acor	con	eços, form tratos, ne receber e	gocia	r preç	ços e	dem	ais co	ondições	, conf	essar,	firn	nar
					_,	de			de 2021.					
			_	NOMI		AZÃO SO CNP: EPRESEI		LEGA	L.	_				

E ASSINATURA (com firma reconhecida)

CNPJ – 13. 071. 253 / 0001 – 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

# EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

## ANEXO V

#### Modelo de Declaração de atendimento às exigência do edital e habilitação

Declaramos, sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto na Lei Federal n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/02, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 021/2021 do Município de Presidente Tancredo Neves, Bahia, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas.

Declara, ainda, que esta empresa não possui contra si declaração de inidoneidade e nem se encontra suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, ficando obrigada a declarar situações supervenientes.

Declara, ainda, sócios e/ou diretores da licitante não possuem cargo de servidor ou agente político municipal e nem possui relação de parentesco com quaisquer destes, até o terceiro grau, em linha reta ou por afinidade, inclusive.

,de de 2021.
~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~
RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

# EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

# **ANEXO VI**

#### Modelo de Declaração de Enquadramento como ME ou EPP

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar, especificamente para efeito de
participação no PREGÃO PRESENCIAL nº .021/2021 do Município de Presidente Tancredo
Neves, Bahia, que a empresa, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do
Ministério da Fazenda sob o nºse enquadra como
(MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE),
nos termos da Lei Complementar 123/06.
,de de 2021.
Nome do Contador

CRC nº:



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

# EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

# **ANEXO VII**

#### Modelo de Declaração de não impedimento

PRE	GÃO PRESE	ENCIAL n°.0	21/2021	penas da lei, es l do Município	de Pres	sidente Tancro	edo Nevo	es, Bah	ia, a
quen	n possa intere	essar, que sobi	re a emp	oresa		, i	inscrita n	o Cada	ıstro
de	Pessoas	Jurídicas	do	Ministério	da	Fazenda	sob	O	$n^{o}$
		Artigo 3º da l	Lei Con	não recai non plementar no 1	23/06.		emos pr		
				RAZÃO SOCIAL					
			NOME I	CNPJ OO REPRESENTANT	E LEGAL				

E ASSINATURA



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

# EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

#### ANEXO VIII

#### Modelo de Declaração de Proteção ao Trabalho

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto Lei 8.666/93, especificamente para participação no PREGÃO PRESENCIAL nº .......021/2021 do Município de Presidente Tancredo Neves-BA, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

(	) nem menor de 16 anos.
(	) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
	,de de 2021.
	RAZÃO SOCIAL
	CNPJ
	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
	E ASSINATURA



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06 Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

# EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

## **ANEXO IX**

# Modelo de Declaração de que tomou conhecimento dos locais de cumprimento do objeto da licitação

Declaramos, sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto na Lei Federal n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/02, que tomamos conhecimento de todas as informações necessárias à execução do objeto do PREGÃO PRESENCIAL nº .021/2021, do Município de Presidente Tancredo Neves, Bahia, principalmente no que se refere aos locais específicos e individuais onde os serviços serão executados, acessos, obrigações e condições para a prestação do serviço e execução do objeto da licitação. Declaramos que tomamos ou temos conhecimento da infraestrutura de tecnologia e equipamentos de informática e tecnologia disponíveis na administração municipal e de todas as demais informações necessárias à execução do objeto licitado, renunciando qualquer reclamação futura que possa ocasionar obstáculo ao cumprimento contratual.

 ,de	de 2021.
RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	
NOME DO REPRESENTANT	E LEGAL
F ASSINATURA	



 $CNPJ-13.\ 071.\ 253\ /\ 0001-06$  Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

\_\_\_\_\_\_

# EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

# ANEXO X

#### Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica

DECLARAMOS, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, nos termos do PREGÃO
ELETRÔNICO nº021/2021 do Município de Presidente Tancredo Neves, Bahia, que tem
por objeto construção e personalização do processo de ensino e aprendizagem à distância
através de uma Plataforma de Ensino On-line, pública e gratuita, visando atender a Rede
Municipal de Ensino do município de Presidente Tancredo Neves, na qualidade de responsável
técnico da Licitante, inscrita no CNPJ nº
QUE NOS RESPONSABILIZAMOS e nos obrigamos pessoalmente pelo acompanhamento e
pela execução do contrato resultante do mencionado procedimento licitatório até o seu término
e vigência, assumindo <b>responsabilidade pessoal e solidaria</b> com a licitante pelo
descumprimento contratual ou danos causados a terceiros e a administração.
,de de 2021.
, de de 2021.
·
(CFEP n°) (com firma reconhecida)



CNPJ - 13. 071. 253 / 0001 - 06

Av. Adolfo Araújo Borges, S/N, Centro, Tel: (73) 3540-1025. CEP. 45416-000

# EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº .021/2021.

# **ANEXO XI**

#### Modelo de Atestado de Visita Técnica

Declaramos que o responsável técnico ou representante legal da empresa,
ascrita no CNPJ sob n°, devidamente credenciado, visitou os locais da
dministração municipal que estarão vinculados à execução dos serviços referentes ao pregão
resencial nº021/2021 do município de Presidente Tancredo Neves, tomando todas as
nformações necessárias a execução do objeto contratual e formulação da proposta, não ficando
úvidas ou esclarecimentos pendentes, por conta de que o mesmo declarou apto à execução do
bjeto licitado.
,de de 2021.
(assinarura e carimbo servidor público)
(assinarura e carimbo representante empresa)